

Uma história que se conta: o papel dos africanos e seus descendentes na formação do Rio Grande do Sul

A told story: the role of Africans and their descendents
in the formation of Rio Grande do Sul

Regina Celia Lima Xavier¹

regx@uol.com.br

Resumo. Qual o lugar dos africanos e seus descendentes na história da formação do Rio Grande do Sul? Esta pergunta orienta as reflexões sugeridas pelo artigo ao investigar a constituição de uma história “científica” no interior do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. Veículo importante de expressão de uma elite letrada que, preocupada com a construção de uma identidade regional, escreverá uma história que atribui um caráter benevolente à escravidão ao mesmo tempo em que minimiza a contribuição africana em sua formação social.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul, formação histórica, negros, Instituto Histórico e Geográfico, discurso.

Abstract. What is the place of Africans and their descendants in the history of the formation of Rio Grande do Sul? This question orients reflection in the article, which investigates the constitution of “scientific” history in the Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro (History and Geographic Institute). This institute was important in allowing the expression of an educated elite, which preoccupied with the formation of a regional identity wrote a version of history that depicted slavery as benevolent and, at the same time, minimized the African contribution to the social formation of the region.

Key words: Rio Grande do Sul, history constitution, black people, History and Geographic Institute, discourse.

¹ Universidade Federal
do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Este artigo tem como objetivo analisar a presença da experiência histórica dos africanos e seus descendentes na historiografia do século XIX, que investigou a formação do Rio Grande do Sul. Para tanto, foi necessário, inicialmente, interrogar-me sobre a própria definição da história enquanto disciplina científica e, neste contexto, o papel desempenhado pelo Instituto Histórico e Geográfico (IHG) da Província de

São Pedro. Foram importantes os trabalhos científicos ali publicados, na medida em que participaram da construção de uma tradição histórica sul-rio-grandense.

No século XIX, destacava-se como tema a questão da formação do povo brasileiro e da nossa nacionalidade e, neste debate, a história tinha grande importância. Apesar disso, as iniciativas no sentido de institucionalizá-la eram

raras e muitos não a compreendiam como um campo de saber específico. Provavelmente devido a isto, Celso Ferreira considere “infrutífero procurar suas expressões somente no interior de uma historiografia *stricto sensu* em formação, ignorando-se os modos como ela se manifestava na literatura, nas artes, nas ciências e nas humanidades em geral” (Ferreira, 2002, p. 45). Para este autor, a história não havia ainda se profissionalizado e, tomando São Paulo como seu objeto de estudos, afirma que lá inexistiam instituições para o convívio dos historiadores e cursos superiores de história. Em sua análise, ela estaria irremediavelmente abrigada sob o teto da literatura. Talvez este tipo de percepção, que aproxima a história de tão variados campos, tenha motivado vários autores a examinar o universo dos letrados em seus diferentes lugares de expressão. Celso Ferreira (2002), por exemplo, ao lado de seu estudo sobre a formação do IHG de São Paulo, analisou os Almanques paulistas; Lazzari, ao lado de uma pesquisa sobre a formação do IHG da Província de São Pedro, estudou as associações literárias. Este último considera a relação entre história e literatura no século XIX de forma mais nuançada que Celso Ferreira. Para ele, tanto na Província de São Pedro quanto na Capital Federal, estes domínios eram concebidos como gêneros distintos, porém complementares na vocação de um “homem de letras”, embora fossem praticadas sem uma maior especialização (Lazzari, 2004, p. 23). Tendo este quadro como referência, como transitar entre estes campos para perceber a importância da história dos africanos e seus descendentes? Afinal, no Rio Grande do Sul as revistas literárias foram numerosas. Ferreira (1975), em sua investigação sobre esta imprensa, chegou a inventariar 70 títulos, desde 1856 até 1899. E nelas, a questão da escravidão não estaria ausente².

Uma das revistas mais importantes foi a do *Parthenon Literário*. Em suas páginas, anunciava-se a publicação não apenas de estudos de literatura, mas também de filosofia e história. Estes campos apareciam imbricados em sua missão, declarada, que era a de construir uma “individualidade própria”. Isto significava abrir mão de uma literatura inspirada integralmente em modelos europeus ou, mais especificamente, portugueses e, se voltar para a realidade brasileira e riograndense. A idéia era desenvolver uma literatura nacional que fizesse jus a nossa experiência histórica, considerando-se a influência aqui sofrida pela natureza, pelo clima, pelas tradições encontradas e pelas relações tecidas com os

indígenas. Não teria a nossa língua se enriquecido com neologismos? Nossa raça não teria uma constituição à parte e a nacionalidade brasileira se constituído a partir dos elementos portugueses mesclados ao indígena e ao africano?³

Havia textos, como o citado acima, que chegavam a defender uma literatura menos orientada pelas fantasias da ficção e mais próxima dos “certames científicos”. Era, inclusive, com este intuito que o *Parthenon* formou uma biblioteca voltada para a Literatura, a Filosofia e a História. Apesar dessas intenções científicas, em suas páginas não se operou uma distinção muito representativa entre estes diferentes campos.

Celso Ferreira, como vimos, ao considerar a inespecificidade dos estudos históricos em São Paulo, pondera que lá não havia instituições para o convívio de historiadores. Diferentemente de São Paulo, embora não houvesse uma profissionalização da história propriamente dita na Província de São Pedro, ali se formaria, em 1860, o IHG da Província de São Pedro. A exemplo de sua congênere nacional, ele pretendia reunir a elite letrada em torno de estudos históricos e científicos e, para tanto, buscava definir parâmetros a serem seguidos pelos seus associados.

Embora, eu possa considerar a intersecção e a complementaridade dos vários campos de estudo em questão no século XIX, sejam eles a literatura, a arte, a filosofia, entre tantos outros, faço aqui uma escolha relativamente arbitrária: a de restringir o meu trabalho àquelas publicações que tenham tido a pretensão de escrever, segundo critérios científicos definidos, textos sobre a história, especialmente a da Província. Há também a impossibilidade, no escopo deste artigo, de abranger de forma ampla todos esses outros campos.

Início minha análise com a re-fundação do IHG da Província de São Pedro⁴ e a edição de sua respectiva revista em 1860. Esta publicação será essencial para que possamos compreender as imagens construídas sobre o escravo africano e seus descendentes pelos letrados rio-grandenses no século XIX.

A revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro

Cabia a este Instituto estudar a história, a geografia e a estatística da Província de São Pedro, e responder à

² Em revistas como a do *Parthenon Literário* surgiram temas tais como a campanha abolicionista no Brasil, a abolição em colônias portuguesas, a defesa da liberdade do ventre e de alforrias, entre outros. Consulte-se, por exemplo, o n.1, p. 105; n.5, p.163; n.6, p.200 e 207; n.9, p. 299.

³ Sobre o projeto de uma literatura nacional vide a *Revista do Parthenon Literário*, 2ª. Série, novembro de 1872, n. 6, especialmente o artigo “Contos Rio-Grandenses”. Este projeto literário não estava muito distante do romantismo que, renovado pelo sentimento nacionalista, buscava uma vertente brasileira para a literatura elegendo o indígena como símbolo nacional, capaz de nobilitar o brasileiro, em contraponto ao colonizador europeu e ao negro que, além de escravo, tinha uma origem estrangeira. Esta renovação significou uma ruptura com a tradição portuguesa e inaugurou uma linguagem permeada de brasilianismos. Apesar desta eleição do indígena, a escravidão, como tema, também ocupou vários autores do período que se dedicaram a denunciá-la em seus romances (Volobuef, 1999).

⁴ Houve uma tentativa anterior de criação desta associação em 1855. Tinha como presidente o Dr. Cansansão de Sinimbu, como vice, o Barão de Porto Alegre e como 1º secretário, o Sr. Ourique. A retirada do presidente e a morte deste secretário, entre outras circunstâncias, explicam seu malogro, segundo análise feita na ocasião do lançamento da revista do Instituto em agosto de 1860. Spalding (1929) ponderou que o fracasso desta instituição deveu-se, antes, as agitações político-partidárias. Consulte ainda Costa (1964).

“necessidade do estudo das cousas pátrias”. Para tanto, devia seguir os passos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) definindo seus objetivos de “coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos concernentes à história e topografia da Província, e a arqueologia, etnografia e língua de seus indígenas” (Revista..., 1860a, p. 171-173).

À História cabia uma função específica, de “narrar os fatos passados, investigar as causas que os motivaram, esmerilhar todas as suas conseqüências”. Para tanto, o historiador deveria ser um erudito sempre pronto a lançar mão do auxílio das “ciências fundamentais e acessórias” tanto quanto deveria se preocupar com a análise das “fontes verídicas” para delas retirar os fatos. Os intelectuais da Província, reunidos em torno desta missão, passaram a se preocupar, cada vez mais, em buscar estas fontes documentais, em inventariar as tradições provinciais e em conservar os arquivos, além de salvar da destruição os acervos documentais particulares. Afinal, eram as bases da “narração histórica”, pois, nesta perspectiva investigativa, cabia ao historiador “ater-se ao exame das fontes históricas, para nelas procurar o que há de verdadeiro, compilando os documentos e cotejando-os”⁵. Movido por estas concepções, seriam publicados na revista uma série de documentos oficiais de diferentes períodos e localidades da Província⁶.

A História, assim definida, em muito lembra os manuais de estudos publicados na Alemanha e na França no século XIX⁷. Neles, tanto quanto em nossa revista, definia-se uma história a partir da busca da verdade, acentuada a necessidade da coleta e da crítica aos documentos, restritos, muitas vezes, àqueles formulados no âmbito do Estado Imperial. Neste sentido, é uma história que se constrói vinculada aos projetos políticos dominantes. O “livro da pátria” a ser assim escrito, deveria dar, pois, lições de política ao registrar as guerras, o sucesso das contendas civis, a glória de seus heróis, preparando seu devir: a história era o “monumento vivo das ações humanas ou do progresso da inteligência da humanidade que, como um salva-guarda, a preservava dos erros e a conduzia ao seu fim, a felicidade” (Revista..., 1860a, p. 172). No caso da Província de São Pedro, a História resgatava sua origem e, ao demonstrar seu desenvolvimento, dentro de uma perspectiva temporal linear e progressiva, a integrava ao Brasil e ao mundo civilizado (Pereira, 1861, p. 71-72).

A História era também indissociável da Geografia, “o terreno dos fatos”. Era necessário coletar informações sobre rios, montanhas, relevos, climas, solos, enfim, o geógrafo deveria ter vastos conhecimentos e ser capaz de “descrever

os fenômenos físicos e sociais”. Apenas se apropriando do território através da geografia poderia-se potencializar o desenvolvimento militar e econômico da Província. Antônio Manuel Correia da Câmara (1861, 1862, 1863), por exemplo, vai defender a necessidade de estudos topográficos para informar a confecção das estratégias militares; vai pensar no comércio ao relacionar as distâncias aos mercados, defendendo a necessidade de medi-las e de vencê-las ao conhecer e proporcionar a navegabilidade dos rios, como meio de desenvolver o comércio entre a Província e vizinhos, tais como o Paraguai, Corrientes, Entre-Rios e o Estado Oriental; vai refletir sobre o solo para pensar na construção de vias internas a serem abertas ao trânsito de produtos manufaturados e industrializados, ou ainda, para desenvolver a agricultura. Enfim, era nos termos de uma “geografia política” que se definia sua legitimidade.

À Estatística não caberia tarefa menor, pois, era “o termômetro da vida econômica de um povo, única ciência que pode dar dados para comparar a população, a riqueza, os progressos das diversas indústrias” (Revista..., 1860a, p. 172; Paula Soares, 1861, p. 58; Pereira, 1861, p. 72).

Esta forma de definir a Estatística, não era muito diferente, em seus grandes traços, da tradição alemã, de grande influência na Europa, que englobava na estatística descritiva tanto as condições naturais quanto as sociais. Na primeira metade do século XIX, houve, pois, na Europa, uma “extraordinária efervescência estatística”, veiculada em instituições e sociedades eruditas. Segundo Revel (1989), esperava-se, “um pouco por toda a parte” e, na Província de São Pedro não parecia ser muito diferente, que a Estatística fornecesse “os elementos de um estudo geral da sociedade”.

É na definição destes parâmetros que o Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro vai se construir como o local privilegiado para o desenvolvimento de trabalhos científicos. Será, por sua vez, a partir destes trabalhos que sua identidade provincial será erigida e sua relação com a Corte reestruturada.

A Província e a Corte, e a relação entre os respectivos Institutos

O período de re-fundação do IHG da Província de São Pedro coincidiu com um momento no qual se debatia, no interior do IHGB, como se deveria escrever a história do Brasil. Por um lado, havia a intenção de “construir um texto que fosse capaz de marcar, através dos fatos constituintes de

⁵ Sobre esta forma de conceber a história vide a *Revista trimestral do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, ano I, agosto, número I de 1860, especialmente as páginas iniciais (p. 171-174). Consulte ainda as revistas subsequentes de 1861, 1862, 1863.

⁶ Neste sentido, foi nomeada uma comissão para a pesquisa de manuscritos que resultou na publicação de alguns documentos oficiais. Veja, por exemplo, entre outros: lista dos governos da Província desde 1737 a 1810; extratos de atos da Câmara seguindo-se para o período de 1812 a 1822, 1824 a 1831; cópias de atas de instalação de cidades e vilas; registro sobre a vinda de 60 casais para povoar a vila de Itapoá em 1760.

⁷ Sobre a relação dos intelectuais brasileiros, vinculados a instituições científicas, e o mundo intelectual europeu consulte os artigos de Guimaraes (1988) e Cezar (2003).

nossa nacionalidade, o próprio papel da Coroa na edificação de uma identidade nacional que, por sua vez, erigia-se para além das diferenças regionais”. Por outro lado, ponderava-se, no debate, que esta história geral do país deveria ser precedida pela elaboração da história das províncias (Lazzari, 2004, p. 28-58). Segundo este autor, uma forma de lidar com esta questão foi àquela empregada pela revista do IHGB: a de publicar textos relativos às províncias. Afinal, o conhecimento da história e da geografia regionais fazia parte do projeto intelectual do IHGB. Isto não significava, necessariamente, ainda segundo este autor, que interesses e pontos de vista locais estivessem ali representados, devido à preferência da revista na publicação de trabalhos que se afinassem com o interesse administrativo e geopolítico do governo central.

Esta questão da compatibilidade entre o geral e o específico, segundo Cezar (2003), é um verdadeiro problema epistemológico, enfrentado desde sua fundação pelo IHGB. O autor cita, por exemplo, a reunião sugerida por Von Martius (1844, p. 389-411 *in* Cezar, 2003) de províncias tais como São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, como uma região convergente. Para Von Martius, era necessário escrever a história do Brasil e não uma série de histórias especiais de cada uma das províncias. Assim, o problema deveria ser evitado com estratégias bem definidas, tais como a adoção de uma temporalidade única e pelo estudo das regiões agrupadas segundo suas especificidades. Guimarães (1989) também ressalta, a partir da análise dos primeiros estatutos do IHGB, fundado em 1838, sua pretensão de se constituir em uma central que, ao incentivar a criação de institutos locais, o faria como forma de centralizar as informações, compulsadas, a partir das províncias, no Rio de Janeiro, local privilegiado para escrever sobre as diferentes regiões do país. Guimarães (1988) conclui que, neste primeiro momento, era a partir do IHGB que se “falava” sobre o Brasil.

Toda esta tensão entre uma história regional e outra nacional perpassou as propostas do IHG da Província de São Pedro. Desde o momento de sua re-fundação, filiou-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A correspondência entre os intelectuais da Província e da Corte, segundo seus fundadores, poderia vir a construir uma verdadeira unidade nacional ao propiciar uma reflexão sobre a “constituição de seu povo”. Os associados da Província viam, pois, muitas vantagens nesta filiação:

A união dos homens de letras de uma mesma pátria, e seu concurso, a sua comunicação direta, podem trazer a uniformidade nelas – o que se chama o tipo nacional que

ainda não temos. Entre nós há ainda uma outra vantagem, e que documentos que de outra forma não poderíamos ter pode fornecer-nos essa ilustrada associação, que os tem em seus arquivos sem grande proveito, visto que de hoje avante dispensamo-la de tratar da história peculiar de nossa Província, missão que tomamos sobre nossos ombros (Caldre e Fião, 1861, p. 68).

Cabia, portanto, aos sócios provinciais escrever, de forma relativamente autônoma, sua própria história e com a contribuição daquela associação nacional. Com este tipo de prerrogativa, pretendia-se afirmar a importância dos estudos locais, da coleta e das percepções de suas particularidades, para apenas a partir delas poder se pensar uma história nacional.

Se em projetos como o de Von Martius ou nesta perspectiva do IHGB, esta relação entre uma história pátria com uma história provincial ia no sentido de promover uma história mais homogênea, escrita a partir do centro, os intelectuais da Província de São Pedro pareciam querer inverter a equação: não seria a associação local que alimentaria com seus documentos a história regional e pátria a ser escrita na Corte, mas, ao contrário, a Corte que deveria disponibilizar seus documentos para que a associação local pudesse escrever sua própria história, ao mesmo tempo provincial e nacional. Afirmava, desta forma, a não submissão de suas pretensões científicas apesar de reconhecer a centralização administrativa do Império:

Não há perigos na acumulação da forças intelectuais de um povo como há nas administrativas de uma grande e vasta nação: aquelas como as da matéria imponderável tendem a expandir-se enquanto que estas como as da ponderável tendem para um centro de gravitação que único recebe o influxo delas. Centralizar as forças intelectuais é apenas dar-lhes um foco que as irradie por toda a parte – e criar – um ponto luminoso que esclareça tudo na razão de sua intensidade. Quando mesmo alguns espíritos tímidos vissem na nossa união com o Instituto Histórico Brasileiro alguma idéia perniciosa de centralização, basta a consideração que levamos escrita para assegurá-los, nem somos dos que sobre isto devêssemos dissimular cousa alguma (Caldre e Fião, 1861, p. 68).

Na perspectiva provincial, no entanto, não se tratava de escrever uma história meramente local, mas de pensar uma história que se homogeneizava, de uma nação que se formava a partir da ação integradora de suas partes⁸. E neste

⁸ Também na literatura se observa este desejo de se conhecer ou de se descobrir o povo e a nação brasileira. Pretendia-se, em muitos romances, registrar com fidelidade a geografia, a cultura, o tipo humano próprio de determinadas regiões. José de Alencar talvez seja um dos que mais se dedicou a este regionalismo ao tematizar o norte em *O Sertanejo*, o sul em *O Gaúcho* e o sudeste em obras como *O Tronco do Ipê* (Volobuef, 1999). Significativa também é a publicação, em 1872, do livro de Apolinário de Porto Alegre, *O Vaqueano*. Lazzari (2004, p. 58) pondera que “assim como os letrados da corte se colocavam na condição ambígua de adotar modelos políticos e intelectuais europeus e ao mesmo tempo defender o mandamento romântico da originalidade nacional, seus seguidores rio-grandenses desejavam ajustar sua província na hierarquia imperial e ao mesmo tempo reivindicar sua diferença no todo da nação”.

caso, a Província de São Pedro teria um papel basilar. Afinal, os intelectuais reunidos em torno desta associação sentiam a necessidade de escrever a história de sua Província, não apenas pela importância e glória que lhe atribuíam, mas, sobretudo, pelo papel que, segundo suas percepções, ela havia desempenhado na manutenção da unidade nacional sendo um importante elemento na construção da história do Brasil.

O Rio Grande do Sul é descrito, inicialmente, pelo seu aspecto militar e, posteriormente, elogia-se a “sua capacidade industriosa em momentos de paz”. Esta perspectiva, segundo Lazzari (2004), foi marcada pela participação de sócios como o Barão de Porto Alegre que, saído do quadro das batalhas, enfatizava o quanto esta experiência militar era capaz de dar lições de patriotismo. Seria a partir da ênfase nas ações militares que se construiria também a particularidade da Província. O autor chega mesmo a contabilizar: de 111 sócios listados, cerca de 27% tinham patentes militares, este número chegava a 30% para os sócios correspondentes e 23% para os efetivos. Importante também era sublinhar que, apesar desta vocação militar, nunca se divorciaram da sociedade civil, trabalhando em momentos de paz pelo consenso na defesa do Império brasileiro. O interesse em se escrever a história do Rio Grande do Sul devia, pois, ir além de suas fronteiras:

os sucessos mais notáveis aqui passados estão intimamente ligados a vida do Império, que não haverá brasileiro que os não leia como uma narrativa da história geral do país. Os bravos que derramaram seu sangue nas guerras da colônia, da independência nacional, da do Estado Oriental, empenharam-se por lutas nacionais, os sucessos acontecidos nela eram ou deviam ser registrados na história geral do país (Revista..., 1860a, p. 171).

Para estes intelectuais, se havia algo de “particular” restringia-se “a esfera civil” e, segundo esta perspectiva, havia uma relação orgânica entre a Província e o Império⁹. Mas como defender esta assertiva se, na vida interna da Província, nem sempre seus interesses eram coincidentes com a Corte?

Mas a revista também reflete alguns descontentamentos. A tensão entre a Província e o governo monárquico – no período colonial – aparecerá, por exemplo, em duas publicações de documentos, de 1765 e 1804, respectivamente. O primeiro traz o relato de moradores afligidos pela guerra, por um lado, contra os índios e, por outro, contra os castelhanos. Temiam que os prejuízos

acarretados por tais conflitos os levassem à ruína. Atormentados pelas guerras em defesa das fronteiras do Império Português, solicitavam ao governo a diminuição dos dívidos e o direito de passar suas tropas para os mercados de São Paulo e Minas Gerais. O segundo documento vai na mesma direção. Trata-se de um abaixo assinado de 61 negociantes e fazendeiros, reclamando dos gastos infligidos a eles pelo governo: para a expedição de limites, pela guerra contra os espanhóis e pelo sustento dos ministros do culto religioso. Segundo eles, a Província contribuía enormemente ao ceder seus cavalos e bois, ao empregar seus peões, tudo isso, no entanto, não os eximia de pagar “exorbitantes impostos”. A revista do Instituto, então, não deixava de publicar estas queixas, originalmente endereçadas aos senadores para que os representassem junto ao monarca. Registravam, desta maneira, certos descompassos entre os interesses da Província com aquele do governo central – no Brasil colonial. No entanto, não havia qualquer menção explícita em relação à continuidade destas tensões no período posterior, nem sequer aquelas relativas aos “exorbitantes impostos” que tanto parecem ter incomodado os habitantes da Província (Revista..., 1861, p. 90-93).

O movimento farroupilha, por sua vez, é um tema que praticamente não é abordado pela revista. Há apenas a publicação de um documento de 1838 sobre a construção da Vila Setembrina, notificando o conflito contra o governo monárquico – qualificando-se em sua apresentação a “ação dos rebeldes”, sem perscrutar suas motivações ou significados (Revista..., 1860b, p. 222-223).

A fidelidade ao governo Imperial seria, ao contrário, fortemente marcada pela publicação de vários documentos que provavam a adesão, desde a primeira hora, ao Império brasileiro. De 1822, tem-se um documento com a nomeação de um governo provisório na Província e a obediência imediata ao príncipe regente, entre outros registros com características semelhantes. Decididamente, a Província, ao superar todas as tensões com a Corte e, devido ao significado de sua história e de seu valor na manutenção do Império, devia fazer parte da nação, ter seu lugar preeminente reconhecido e, reafirmar isto, era uma das tarefas principais do Instituto – daí a relevância de sua relativa autonomia frente ao IHGB.

Nesta batalha, os rio-grandenses não estariam sozinhos. Apenas dois anos após a fundação do Instituto na Província de São Pedro, era fundando o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, em 1862. Segundo Schwarcz (1993), a quase totalidade de trabalhos

⁹ É sempre necessário se pensar a relação entre a elite central e aquela regional, investigando o papel político que desempenharam. Autores como Carvalho (1981 in Dolhnikoff, 2003) e Mattos (1987 in Dolhnikoff, 2003) acentuam em seus trabalhos o peso que uma elite centralizada teve para a manutenção da unidade do Império brasileiro. Sua trajetória e formação a diferenciaria das elites regionais, isoladas em suas Províncias e submetidas a seu projeto unificador, único de cunho nacional. Dolhnikoff (2003), discordando destes autores, vai ponderar que as elites regionais também se constituíam como elite política, ciosa de uma certa autonomia política e administrativa, que acomodava suas reivindicações regionais em um arranjo nacional. Na sua perspectiva, se havia uma elite bem formada, articulada ao governo central, isto se dava graças a um arranjo institucional que foi resultado de embates e negociações entre as várias elites regionais que deviam integrar a nova nação.

publicados por este último versavam sobre a história local em um esforço de se acentuar a relevância da região norte dentro da nação e, conseqüentemente, da sua história. Temas como a Invasão Holandesa, a Revolução de 1817, por exemplo, compareceriam para apontar o papel de vanguarda desempenhado pelos pernambucanos “na defesa da liberdade nacional”. Desta feita, a história da nação parecia, a exemplo do caso da Província de São Pedro, ser edificada a partir das experiências provinciais. Outros dois institutos regionais parecem ter perspectivas semelhantes, embora suas datas de fundação os situarem no período republicano. Refiro-me ao instituto paulista, fundado em 1894 e ao mineiro, em 1907. Os paulistanos, irreverentes, declarariam na abertura de sua revista que a história de São Paulo era a própria história do Brasil¹⁰. Os mineiros trataram de enaltecer, por sua vez, sua história local como componente vital à história nacional (Callari, 2001). Portanto, se vigorou um modelo científico, a partir da fundação IHGB em 1838, para instaurar uma única história nacional, sua aplicação parece ter se dado por caminhos mais tortuosos, ao se deparar com conflitos – de valores, de formas de perceber o próprio papel social e político de seus agentes¹¹.

Todos os “estudos científicos”, elaborados na Província de São Pedro, formatados em seus princípios pelo diálogo com sua congênera nacional, apontavam, pois, primordialmente, para a necessidade de um melhor conhecimento de si mesmo como membro desta nação que se edificava.

Os rio-grandenses vistos pelas lentes do Instituto

Para que a história provincial pudesse ser conhecida, era necessário que o Instituto formasse de tal forma sua estrutura que pudesse, internamente, agregar as demais localidades. Não bastava mostrar sua importância e diversidade publicando documentos sobre elas, tais como as publicações das atas de ereção das vilas. Estes locais deveriam ser vislumbrados a partir de um contato mais direto e contínuo. Desta forma, a exemplo da associação nacional, o Instituto tinha na capital o seu centro e cabia

aos seus sócios correspondentes, o relato referente às vilas de seu interior.

Assim, no momento de sua re-fundação em 1860, é formado o quadro de seus membros efetivos, correspondentes e, mais tarde, honorários. Já em seu primeiro ano, conta com 40 sócios efetivos e um número importante de correspondentes – que representavam locais bastante variados – espalhando-se para os municípios do interior da Província. Isso mostra que a associação já nasceu com grande prestígio e capacidade de angariar membros em importantes localidades¹². Nos três anos que se seguiram, no entanto, teve uma expansão relativamente tímida, recebendo dois sócios efetivos, 18 correspondentes e quatro sócios comissários.

O prestígio do Instituto era construído, principalmente, pela participação de seus associados e de autoridades. Na sua própria reunião de fundação, compareceram sócios que eram membros destacados da elite local. Além disso, sua sessão oficial de inauguração, foi oficiada por um conselheiro de Estado, Sr. Joaquim Antão Fernandes Leão, que também vinha a ser o Presidente da Província. A lista de seus demais associados era composta por “nomes respeitáveis e número crescido de inteligências”. Posteriormente, em suas reuniões aniversárias, compareceram várias autoridades tais como o Presidente da Província, o governador do Bispado e o vigário Geral, o presidente da Câmara, os cônsules da França e de Portugal, entre outros.

Logo após sua fundação, são criados os estatutos e é montada sua estrutura interna com a eleição de uma diretoria e demais comissões, tais como a de fundos e orçamento, a de estatutos e redação da revista, a de revisão de manuscritos, e a de trabalhos históricos, geográficos, arqueológicos, etnológicos e lingüísticos – estes, restritos as línguas indígenas. Havia ainda a comissão de admissão de sócios e a de pesquisa de manuscritos e documentos. Em 1861, é criada a comissão de estatística. Em 1863, sugere-se a criação de outras comissões que “fizessem jus” às artes e à indústria, dando uma idéia da extensão das atividades pretendidas pela associação. A Província seria esquadrihada a partir dos estudos científicos desenvolvidos no interior destas comissões e sua população revelada em sua história, em sua cultura, em sua composição e potencialidades¹³.

¹⁰ Ferreira (2002) afirma que mesmo antes da formação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, já havia uma valorização da história regional e uma certa oposição aos historiadores da Corte, perceptível em seus Almanques que publicavam, por exemplo, poemas de louvor a terra paulista. Marcante neste sentido, seria também a proliferação de trabalhos sobre cidades paulistas. Com a fundação do IHGSP a rivalidade com o Rio de Janeiro apenas se atualizaria.

¹¹ A tensão entre as elites provinciais e aquela centralizada no governo central, explicitava-se no debate em torno de um projeto nacional. Estava em causa a autonomia das províncias e em 1861 buscava-se novas interpretações para o Ato Adicional que a regulava. Dentro do contexto de uma sociedade escravista, segundo Dolnikoff (2003), parecia ser necessário um Estado hegemônico para a manutenção da ordem social. O projeto liberal pressupunha, pois, tanto a unidade nacional quanto a autonomia regional. Ilustrativo desta tensão, entre uma política imperial centralizadora e projetos regionais talvez seja o veto do Imperador a primeira tentativa de criação de um arquivo provincial, iniciativa tomada pela Assembléia rio-grandense em 1848 (Nedel, 1999).

¹² Tais como Rio Grande, Pelotas, Jaguarão, Piratiny, Bagé, S. Gabriel, Santanna do Livramento, Alegrete, Uruguaiana, Itaqui, S. Borja, Cruz Alta, Passo Fundo, Santa Maria da Boca do Monte, Caçapava, Cachoeira, Rio Pardo, Taquari, Triunfo, S. Leopoldo, Santo Antônio da Patrulha, Conceição do Arroio, Dolores perfazendo neste primeiro ano 23 localidades. Em 1863, acrescia-se outras tais como S. Jerônimo e Canguçu.

¹³ O Instituto, além de uma estrutura hierárquica bem definida, criaria ainda um arquivo, uma biblioteca e um museu, além da revista trimestral.

Caldre e Fião (1861)¹⁴, no discurso por ocasião do primeiro aniversário do Instituto, destacaria o papel do Governo Imperial no “cultivo das letras” e a importância do “surgimento no seio destas associações de homens mais ou menos categorizados”. Pereira (1861, p. 71-72), na mesma ocasião, também se referiria à nobreza do Instituto devida a sua composição: as maiores ilustrações da Província. Estes discursos, para além do fato de tecerem, sem muitos pruridos, auto-elogios deste tipo, demonstravam também uma percepção muito própria de seu papel dentro e fora da associação. Afinal, era através da união destes “homens de letras” e de sua capacidade de trabalhar em torno de uma percepção científica definida, que se poderia pensar no bem-estar das classes pobres e na educação¹⁵. Só através de sua ilustração poderia-se pensar em uma certa uniformidade, na definição de um “tipo nacional”. Segundo Guimarães (1989), esta perspectiva muito se aproximava de uma postura iluminista na qual devia-se, em primeiro lugar, ater-se ao esclarecimento da elite para vir somente depois, o resto da sociedade.

Talvez isto explique, em parte, a própria forma destes Institutos se estruturarem. Como bem explicita Guimarães (1989), o IHGB era constituído por indivíduos escolhidos e eleitos a partir de relações sociais, sendo marcado por um profundo elitismo. No perfil que tece a respeito dos seus sócios, a maioria desempenhava funções no aparelho do Estado. Esta elite ali reunida era ainda nivelada por sua formação acadêmica. No caso do instituto provincial, haveria maiores nuances quanto ao caráter elitista de sua composição. Embora Fioreze (2002, p. 50) destaque que havia em suas fileiras sacerdotes, militares, historiadores, engenheiros, geólogos, médicos, comendadores, entre outros, a leitura de Lazzari (2004) sugere uma maior flexibilidade neste quadro, ao destacar, por exemplo, casos como o de Coruja e Caldre Fião, que tinham uma “origem urbana e humilde, não se enquadrando no perfil social reservado às elites proprietárias rurais, os detentores de poder econômico e militar da Província”. Tampouco eram integrados à burocracia do estado monárquico.

O Instituto tinha, segundo Lazzari (2004), uma composição heterogênea também em termos políticos. Entre os associados do interior, por exemplo, havia chefes políticos de diferentes partidos. A idéia era reafirmar uma missão que se colocava acima das divergências partidárias, reunindo a todos, pelo menos no plano simbólico, em uma identidade unívoca da Província, vindo a fortalecer a coesão política em um momento em que se esboçava a dissidência liberal.

Com tal composição, o instituto provincial não se furtaria de debater as questões prementes do período, quais sejam, a formação da nacionalidade brasileira e o papel a ser desempenhado pelos seus habitantes. Para esta elite letrada, interessava, frente às pressões postas pela questão do “elemento servil”, discutir não apenas a identidade nacional, mas, o que lhe era implícito, a definição dos próprios direitos civis. Na revista do Instituto estaria presente, portanto, um debate que pretendia aferir o lugar do branco, do negro e do indígena na sociedade.

Branco, índios e negros e a Província de São Pedro

A experiência das Missões e seu impacto na Província era ponto de referência quase obrigatório quando a questão era o indígena. Publicaram-se diferentes artigos que buscavam recuperá-lo, seja como trabalhador a ser administrado, como no caso do artigo de Pereira do Lago (1860, p. 193-194), seja como membro importante do país a ser resgatado, como no artigo de Caldre e Fião (1861, p. 66-70).

Abordo, em primeiro lugar, dois importantes documentos publicados em 1860: os mapas populacionais da “Província de Missões”, datados de 1810, e uma nota anexa apresentada por Pereira do Lago (1860) a José Marcelino da Rocha Cabral escrito, por sua vez, em 1834.

Pereira do Lago (1860), faz uma apreciação do decréscimo brutal do número de habitantes na Província das Missões. Em suas notas anexas, o autor lamenta o estado de ruína que se encontravam as antigas missões, a má conservação de seus prédios, de seus templos e de seus jardins. O autor tinha, no entanto, uma visão peculiar da relação entre os colonizadores, os jesuítas e os índios, acenando para uma solução alternativa. O colonizador é visto a partir dos embustes com os quais o general Frutuoso Ribeiro “arrebatoou os indígenas destes povos”, assim como seus bens. O jesuíta, a seu turno, é descrito a partir de seu “papel civilizatório” ao reduzir os índios e retirá-los do “barbarismo”. Mas, com o desmantelamento das reduções, estes índios estavam, na sua opinião, perdidos para a Província. Sugeriu, então, que o governo permitisse que eles fossem aldeados. Como estes índios estavam voltando a Província, ele sugeria uma solução e na sua opinião, os guaranis deveriam ter:

¹⁴ Caldre e Fião (1821-1875) era um dos membros mais atuantes da elite intelectual e política. Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1845, exerceu esta profissão em Porto Alegre e São Leopoldo. Foi também teatrólogo e romancista tendo publicado dois romances: *O Corsário* e *A Divina Pastora*. Foi um dos fundadores do *Parthenon Literário*, mantendo-se, sempre, vinculado aos debates literários. Como abolicionista, foi um dos fundadores e diretor do jornal *O Filantropo* (1849-1851). Politicamente, pertenceu à ala progressista do Partido Liberal e foi eleito deputado da assembleia provincial em 1854. (Martins, 1978; Villas-Boas, 1991; Porto Alegre, 1907).

¹⁵ Caldre e Fião, por exemplo, defendia a criação de escolas agrônomicas para os filhos de lavradores, assim como escolas para operários e mulheres. Para uma melhor definição dos projetos educacionais da elite letrada rio-grandense, consulte Lazzari (2004).

administradores, para os obrigarem ao trabalho, porque os índios jamais serão capazes de se manterem sem que sejam administrados, e ao contrário andarão como estão vagando por toda a parte, cometendo grandes roubos e assassinatos, tudo por falta de polícia, que os obriguem ao trabalho; sendo este motivo o bastante para que a agricultura e o ramo de indústria esteja inteiramente abandonada nestes povos; aonde, se os reduzisse à sua antiga opulência, não só abasteceriam toda a Província como também as da República Argentina (Pereira do Lago, 1860, p. 193).

O autor ponderava ainda que os índios poderiam criar vários produtos em troca de moeda de ouro e prata cunhada pelos vizinhos. O cultivo dos ervateiros é citado, por exemplo, como uma grande possibilidade perdida. Ou seja, o peso demográfico dos índios sendo mais expressivo, sendo a experiência das missões tida como bem sucedida na construção da opulência não apenas daquelas reduções, mas da Província, pensava no índio como elemento preponderante para o trabalho. Este, no entanto, devia ser obtido por meio da “polícia” e da “administração” daqueles capazes de civilizá-los, ou seja, os brancos saídos das fileiras do Estado. Subjacente ao texto publicado na revista provincial, estava a idéia de que o índio era incapaz de se desenvolver sozinho, necessitando sempre de algum tipo de tutela. Se havia, portanto, qualquer visão positivada em relação à contribuição do indígena na produção da riqueza provincial e nacional, ela só podia ser compreendida dentro de uma escala evolutiva na qual ele ocupava um lugar inferior em relação ao branco europeu.

Esta forma de integrar os indígenas seria também o tema do trabalho de Cunha Barbosa (1840 *in* Guimarães, 1988). Começava a se desenhar, a partir de textos como este e de Moniz Barreto (1856 *in* Guimarães, 1988), um projeto de política indigenista no qual se pensava na melhor maneira de colonizar os índios. Mas, na revista nacional, seriam também freqüentes as referências à escravidão negra, sobretudo comparando-se o trabalho do indígena ao do africano (Guimarães, 1988).

No artigo de Pereira do Lago (1860), publicado na revista do IHG da Província de São Pedro, o tema relativo ao indígena estava não apenas em consonância com o debate veiculado por aquela revista nacional, mas, parecia, inclusive, anteceder-lo sob alguns aspectos. Entretanto, o mesmo não se dava na sua relação com o escravo africano. Afinal, só sabemos que o africano também vivia naquela localidade por meio do mapa populacional da “Província das Missões” de 1810, que é publicado em anexo às notas de Pereira do Lago (1860).

No mapa em questão, descreve-se a presença nas Missões, em 1810, de portugueses, guaranis, pretos e mulatos, apresentados nesta ordem. Talvez esta traduzisse, para aquele que o construiu, a importância econômica, política ou mesmo cultural, atribuída a cada um destes habitantes. Essa forma de ordenamento não coincidia, contudo, com sua importância numérica, pois os portugueses representavam 9,7% e os Guaranis 87,2%. Pretos e mulatos correspondiam a 2,51% e 1,18% do total da população, respectivamente. Assim, a forma como o mapa foi construído aponta muito mais para a hierarquia que estava implícita em um projeto de nacionalidade, referente aos portugueses, índios e negros, do que seu peso demográfico propriamente dito.

Uma outra peculiaridade era que o mapa discriminava seus habitantes segundo sua origem: portuguesa ou guarani, por exemplo. O mesmo não se dava em relação aos “pretos”, pois, se eles são contabilizados em relação à idade e ao estado civil, não o serão pela origem. Entre os “pretos” é impossível saber quantos eram africanos e, dentre eles, suas etnias. Um outro dado interessante refere-se ao fato de se apresentar, em primeiro lugar, a cor dos indivíduos (pretos ou mulatos) – preponderante inclusive na contabilidade final – para só depois distinguir sua condição social (livres ou cativos). Se pensarmos na hierarquia que parecia orientar a relação entre estes diferentes elementos da população, pensados segundo suas “raças”, a cor tem aqui um significado especial.

Em todo o caso, apesar dos pretos e dos mulatos estarem presentes no mapa populacional, estarão ausentes de um debate mais aprofundado sobre o papel que desempenhariam no desenvolvimento da Província e sua participação na constituição do povo brasileiro.

O segundo artigo sobre o tema é aquele de Caldre e Fião (1861). Ao comentar uma obra recebida do Sr. José Marcelino Pereira de Vasconcelos, *Memórias Históricas da Província do Espírito Santo*, doada ao Instituto, ele condenava a equiparação ali feita do indígena à “condição e instintos do bruto feroz das selvas”. Cheio de indignação acusava a “crueldade” dos colonizadores e defendia, como brasileiro, a participação do índio na formação de nossa nacionalidade.

Se este tema, como vimos, animava os debates nacionais, tendo inclusive, inspirado trabalhos premiados na revista do IHGB, não estava alheio às atenções locais. Aqui na Província de São Pedro, Caldre e Fião mantinha-se afiado e não deixava lhe escapar as polêmicas que envolviam as revistas acadêmicas e literárias.

Se ser brasileiro era ser sensível à sorte dos indígenas, capaz de reconhecer seu papel heróico desempenhado nas lutas nacionais, ser grato ao seu auxílio, o mesmo não era extensivo ao escravo. Caldre e Fião, apesar de politicamente

militar nas fileiras abolicionistas da Província, não proferiu nenhuma palavra semelhante em relação ao negro¹⁶.

Em outros momentos, na revista provincial, o escravo se fez, todavia, presente, embora fosse de forma quase clandestina. Em algumas atas da Câmara eles são citados como fujões. Ali, transcreve-se a nomeação de capitães-domato para capturá-los. Em outro momento, atesta-se a fidelidade ao Império maximizada pelo apoio dado ao mesmo na questão Christie. No entanto, há um silêncio em relação aos conflitos sociais: nada se diz sobre a motivação dos escravos nem os significados de suas fugas; tampouco há um posicionamento a respeito do tráfico ou relativo as suas maiores vítimas.

O Conselheiro Câmara

O artigo que concedeu maior espaço para uma reflexão sobre a escravidão e o negro foi aquele escrito pelo Conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara. Ele foi publicado, postumamente, de forma faccimilar, em quatro partes (Câmara, 1860, 1861, 1862, 1863)¹⁷. No desenvolvimento de seu trabalho, esta temática comparece no interior de um detalhado estudo no qual o autor buscou descrever e analisar vários aspectos referentes à Província de São Pedro.

Em sua introdução, o dito conselheiro nos descreve as dificuldades enfrentadas na elaboração de seus escritos, sem o auxílio do governo imperial, contando apenas com o incentivo e pequenas somas do governo provincial e com grandes dificuldades em localizar as fontes¹⁸.

Em seu estudo estatístico, o autor se mostraria muito preocupado com a geografia e o território. Da primeira, elaborava uma longa descrição da geografia física da Província definindo seus limites, suas fronteiras políticas. Esta questão seria estratégica não apenas para a defesa da integridade de seu território, mas para a história das lutas empreendidas pela Província, principalmente, com seus vizinhos. A análise do território seria ainda fundamental para que se pudesse pensar em sua exploração econômica, daí sua investigação sobre suas potencialidades para o desenvolvimento industrial. Da mesma forma, o autor analisaria o clima e sua influência no desenvolvimento local. É dentro deste quadro que se destaca a análise sobre a história e os habitantes da Província.

Câmara (1860, 1861, 1862, 1863), no entanto, não desejava apenas escrever uma “notícia descritiva dos fatos”

mas pretendia “mostrar a origem, progresso e desenvolvimento do poder público desta parte do Império” e será por esta razão que se voltará para o “caráter dos habitantes”, “sua índole, costumes e hábitos”.

A base de referência para as elucubrações do autor será sempre o mundo “civilizado”, seja a Europa ou os Estados Unidos, incorporados às suas idéias científicas. O Conselheiro comparava, por exemplo, a Província com a Itália e a França: o clima favorecia aos primeiros, tinha-se ali um menor índice de criminalidade, um melhor estado de moralização, maior era a fertilidade do solo, a abundância de víveres, enfim, comparado com o número de suicídios, de mortes por frio, fome e alcoolismo francês (país mais civilizado do mundo, segundo o autor) estariam, sem dúvida, em condições vantajosas os habitantes de São Pedro. Nada, portanto, os colocaria “em um degrau inferior a Europa em uma certa escala de civilização”. Questionava, com as investigações que fazia na Província, teses como as de Humboldt ou Buckle. Afinal, após a análise de todos estes aspectos, só poderia concluir que os habitantes da Província estavam em circunstâncias vantajosas e, quiçá, superiores aos países europeus. Além disso, a Província tinha um potencial enorme para se desenvolver e a civilização se introduzia a olhos vistos – na aplicação das vacinas, na ilustração da faculdade de medicina, entre outros exemplos.

A população da Província, aproveitando-se de todas estas condições favoráveis, era das mais longevas. Seu completo desenvolvimento dependia, no entanto, de algumas circunstâncias que deveriam ser melhor estudadas e cuidadas pelo poder público.

Tendo, pois, um solo fértil, água limpa e abundante e um clima favorável, devia dar ênfase ao desenvolvimento da agricultura – fator de riqueza dos países. Faltavam, todavia, braços. E o lavrador nem precisaria, neste contexto, fazer muito esforço em uma terra tão dadivosa. Ele ponderava, inclusive, que a variedade do clima era favorável à fixação de colonos de origem estrangeira embora em outros momentos no texto, se mostrasse reticente em relação a esta participação no desenvolvimento local: relacionava a incidência de algumas enfermidades “à concorrência do estrangeiro”, à “introdução de usos e hábitos menos conservadores novamente adquiridos”.

Ao descrever o elemento humano que seria preponderante no desenvolvimento da Província, Câmara (1860, 1861, 1862, 1863) vai repetir em sua análise muitas das afirmações já anteriormente formuladas por Gonçalves

¹⁶ Havia uma crítica dirigida mais à escravidão enquanto instituição que à opressão social dirigida ao escravo. Também estava ausente uma análise sobre a sua participação na formação do povo rio-grandense.

¹⁷ Consulte as revistas trimestrais, já citadas, dos anos 1860, 1861, 1862 e 1863. O texto deve ter sido escrito por volta de 1846, data em que situa os dados apresentados em seus estudos. O conselheiro nasceu em Rio Pardo em 1783 e faleceu em Porto Alegre em 1848.

¹⁸ Em sua investigação busca os livros de registros de semarias de campos de criar e datas de terras para lavar, busca definir a ocupação de terrenos, separando-os daqueles devolutos, busca fazer um mapa desta ocupação; pesquisa nos livros da tesouraria geral, enfim, enquadra-se dentro dos parâmetros que orientam os estudos históricos e estatísticos do período.

Chaves (1978) relativas ao homem riograndense que destacavam suas qualidades morais, intelectuais, guerreiras, entre outras.

A este homem tão cheio de virtudes apenas contrastava “a classe dos proletários, dos vagabundos e dos vadios da campanha” que “roubavam o gado e se entregavam ao vício”. Tal característica, no entanto, devia-se às circunstâncias da própria campanha, quais sejam, a falta de polícia, o pouco controle do gado e o baixo valor da carne. Não se devia pensar que tais atos se devessem à “índole daquela classe”, mas à “falta do emprego de leis apropriadas e conveniente direção dada ao exercício de braços ociosos”. Era necessário, pois, orientá-los para o trabalho. Lá, ainda, era um local de grande instabilidade das fortunas devido ao endividamento dos estancieiros com os charqueadores e à rápida volatilização do capital. Esta instabilidade imprimia uma rudeza de caráter ao habitante da campanha e impossibilitaria as famílias proprietárias do campo de “firmar a civilização do país”, a despeito de “quantas instituições literárias e científicas se pudessem fundar para este fim”. O mais grave, concluía o autor, era que estas famílias eram a maioria do país.

Todo este contraste – entre um riograndense vocacionado para a civilização e, o homem da campanha nascido para a rusticidade do campo – era construído no sentido de se defender a agricultura, que melhor se prestaria para civilizar o país.

Apesar de tecer estas considerações gerais sobre o caráter e a índole do riograndense, Gonçalves Chaves (1978) consideraria ainda a dificuldade em contabilizar e classificar esta população.

Achava, por exemplo, difícil contabilizar os indígenas, pois haviam desaparecido quase que completamente das Missões, vivendo de forma nômade ou ainda nas fileiras do exército de onde, também, desertavam com frequência.

Da mesma forma, achava complicado definir a população nacional e/ou estrangeira “flutuante”, considerando o trânsito desta população para o “Estado Oriental”. Calculava, no entanto, a população “estacionária” como aquela que perfazia dois terços da população total.

O autor se lançaria, portanto, na árdua tarefa de calcular os números da população da Província, distinguindo brancos (estrangeiros ou nacionais, flutuantes ou estacionários), índios e escravos. Ele demonstrava uma certa erudição ao comparar índices e metodologias usadas na Europa e nos Estados Unidos para calcular estas proporções populacionais.

Comparando a Província aos Estados Unidos (até 1822), ponderava que pouca atenção havia sido dada ao crescimento da população escrava. Nos Estados Unidos, eles compareciam nas listagens de forma genérica,

contabilizados como propriedade sem que se distinguisse sexo ou idade. Todavia, continua argumentando o Conselheiro:

em parte alguma dos Estados Unidos, em parte alguma do Brasil a condição do escravo foi geralmente mais favorável do que na campanha, e nas grandes povoações desta província; e a terem-se promovido entre eles os casamentos (olvido que partilhamos com os Estados Unidos) fico em que não teríamos no dia de hoje tanta necessidade de encher o vazio; que os anos, e as enfermidades abrem nas suas massas, com recrutas africanos. O trabalho que tenho feito sobre o produto resultante dos braços escravos [...] provará, que a cifra, que lhes corresponde na totalidade de nossa população (com a qual por vezes também há sido englobada) seria mais considerável se tivéssemos aplicado a esta casta a ação benéfica daqueles meios conservadores de que os Americanos do Norte lançaram mão ultimamente para melhorar a sua sorte, e promover-lhe lenta, e gradual manumissão (Câmara, 1863, p. 272-288).

Ponderava ainda Câmara (1863) que, devido às características antes descritas relativas a Província tanto quanto ao Brasil, os escravos aqui só poderiam ser mesmo muito bem tratados. Não havia forma de se comparar com os rigores que estes enfrentavam nos Estados Unidos que, castigados pelo inverno e pelas enfermidades periódicas não poderiam nunca oferecer as mesmas condições de sobrevivência que o Brasil. Dizia o nosso autor que os Estados Unidos não se podia “comparar com as condições de sustento que o Brasil poderia oferecer”, era afinal, “país tão fértil, tão criador, e tão benigno”. Ele calculava, baseado desta vez em Gonçalves Chaves, que a população formada pelos homens de cor (os indígenas excluídos) compunha metade da população.

O Conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara, era sem dúvida um homem atento às idéias científicas de sua época e um grande estudioso. Nascido em Rio Pardo, em 1783, em uma família rica e influente (era filho do primeiro Visconde de Pelotas) foi também um homem afeito às viagens: consta que estivesse em Lisboa quando o exército francês invadiu Portugal, tendo sido feito prisioneiro; viajou ainda por diversos países europeus até voltar ao Brasil, em 1822. Seu título de Conselheiro foi obtido quando exerceu o cargo de Cônsul em Buenos Aires. Exerceu várias funções: foi militar, escritor e jornalista. Estudou economia, política, história, sociologia, estatística. Com sua experiência e curiosidade científica, foi um leitor ávido de autores estrangeiros que cita em seu trabalho estatístico: Bouffon, Humboldt, Buckle, Seybert, entre tantos outros. Com alguns destes autores citados, como vimos,

contrapunha seus próprios pontos de vista – sobretudo quando pretendia defender a viabilidade do desenvolvimento de uma civilização nos trópicos. Em outros casos, como na leitura de Gonçalves Chaves, o nosso Conselheiro faria uma apropriação muito peculiar.

De Gonçalves Chaves tomava de empréstimo, como vimos, a atenção dada ao caráter do riograndense e repetia suas adjetivações. Transcrevia algumas de suas idéias sobre a diferença entre o riograndense e aquele da campanha e a necessidade de se desenvolver a agricultura – como condição para o próprio desenvolvimento da civilização. Gonçalves Chaves, por sua vez, reproduziu em seu próprio livro, parte do texto de um autor português – Francisco Soares Franco (Rocha, 2000). Esta era uma prática, portanto, bastante corrente no século XIX. O que nos interessa ressaltar, no entanto, é o quanto o Conselheiro Câmara não seguiria aquele autor nas considerações que fez, ainda em 1817, sobre a escravidão.

Segundo Rocha (2000), textos como o de Gonçalves Chaves, testemunham um processo de transposição de idéias antiescravistas da ilustração para a sociedade escravista brasileira, embora:

no que diga respeito à difusão dessas idéias nessa sociedade, há que se considerar que a população brasileira dos princípios do século XIX era predominantemente iletrada, o que vale dizer que os letrados formavam uma minoria numericamente inexpressiva. Desse modo, não faria sentido algum tentar examinar a propagação das mesmas, que, de resto, não tiveram nenhum efeito prático imediato e seus prováveis leitores foram certamente outros poucos letrados (Rocha, 2000, p. 40).

Creio, no entanto, que a difusão dessas idéias são da mais alta relevância, sobretudo se considerarmos que elas contribuíram para a construção de uma imagem sobre a experiência da escravidão e da liberdade dos negros em lugares tais como o Rio Grande do Sul. Torna-se necessário, neste contexto, fazermos um parêntesis para nos referirmos a Gonçalves Chaves, base de muitas das afirmações proferidas pelo nosso Conselheiro.

Uma leitura de Gonçalves Chaves

Gonçalves Chaves viveu em Pelotas no início do século XIX, sendo um dos charqueadores mais importantes da região, tendo sido ainda membro do Conselho Geral da Província e vereador em Pelotas em 1832. Ele escreveu uma série de textos, chamados *Memórias Econômico-políticas*, entre 1817 e 1823. Nestas, ele elaborava uma crítica a administração colonial portuguesa, analisava a situação da campanha, escrevia sobre a Província de São Pedro e tecia considerações sobre a escravidão.

Gonçalves Chaves, em 1817, foi um dos primeiros autores a se manifestar contra a introdução de escravos na colônia. Esta era uma época em que se debatia, com muito afincio, projetos políticos que pudessem tornar viável a sua formação social. A grande dificuldade era definir uma organização política que garantisse sua estabilidade diante de tantas diferenças regionais e, sobretudo, diante da peculiaridade de sua formação demográfica. Ele considerava diferente, por exemplo, o papel a ser desempenhado pelos índios, pelos escravos e pelos portugueses.

Embora reconhecesse alguns direitos “naturais” aos índios, como “proprietários originários do Brasil”, não reservava para eles um grande desempenho no desenvolvimento nacional. Chaves considerava que sendo eles, primordialmente, caçadores não se empenhavam em dominar a natureza com seu trabalho, deixando-a “sem aproveitamento”. Já os portugueses, na sua opinião, formavam a “classe mais nobre da espécie humana”. Cientes da importância de se conquistar a natureza (e por extensão, de se apropriar do território) eram os “preceptores cultos” naturais para os índios.

Quanto aos africanos, Chaves achava que os portugueses não deveriam trazê-los para o Brasil. Em seu texto ele teceria críticas à escravidão ao considerar a segurança interna do Estado, a sua má influência na formação religiosa e moral da população, nos limites que interpunha ao desenvolvimento econômico, ressaltando a importância do trabalho livre, entre outros aspectos.

Em primeiro lugar, ele fazia eco em seu trabalho aos temores, recorrentes no período, de uma insurreição escrava no Brasil nos moldes de S. Domingues. Talvez inspirado pelos inúmeros conflitos ocorridos no sul do país, ele considerasse o perigo de se ter um número muito grande de escravos entre a população. Como havia muitas guerras e os brancos eram seguidamente recrutados para os combates, eles terminariam sendo minoria no total da população, o que aumentaria os riscos e os perigos de haver uma conspiração escrava. Os escravos eram, portanto, inimigos internos em potencial. Para que se pudesse ter uma organização social estável e para que o Estado pudesse ter uma administração consolidada era imprescindível observar o dano que o tráfico transatlântico de escravos traria para o Brasil.

Em segundo lugar, havia questões morais e religiosas a se considerar. Para ele, a escravidão era um obstáculo para o desenvolvimento da religião e impedia que a população pudesse se aperfeiçoar. A escravidão tornava o homem incapaz de desenvolver suas virtudes, ofendia a moral, favorecia o desenvolvimento do despotismo.

Por fim, a escravidão era contrária ao desenvolvimento econômico. Ele ponderava que o trabalhador escravo comia na proporção inversa do que trabalhava, ou seja, consumia o máximo e trabalhava o mínimo que podia. Sem maiores

incentivos para a labuta, entregava-se, ainda, a moleza e aos vícios. Incapaz de se aperfeiçoar, impedia que houvesse uma maior divisão do trabalho, com o desenvolvimento das artes e dos ofícios. Chaves (1978) identificava, ainda, uma incompatibilidade entre o trabalho livre e o trabalho escravo. Ele dizia que, com a escravidão, toda a sociedade era contaminada porque era impossível dar uma boa educação à população livre enquanto houvesse escravidão, uma vez que esta só podia formar homens ignorantes. Dizia que era preferível ter um casal de livres do que 1.000 escravos. Se não houvesse o tráfico, concluía, viriam para cá famílias europeias, generalizando a população livre. O tráfico transatlântico, por tudo isso, era o grande vilão porque “deteriorava a população livre”.

A solução para os todos estes males? Simples! Era só abolir o tráfico no prazo de 18 meses e criar leis que pudessem favorecer a liberdade dos cativos existentes. Desta feita, o Brasil poderia prosperar ao ter uma população livre, mais bem educada, mais propensa ao trabalho, a especialização dos ofícios, melhorando a agricultura, a indústria, formando “homens de gênio para dirigir a nação”.

A pergunta que o leitor deve estar fazendo refere-se a como um charqueador importante podia defender tais idéias se lugares como Pelotas, onde ele viveu uma boa parte de sua vida, dependia, em grande medida, do trabalho escravo?

Alguns autores ponderam que, na verdade, estas eram considerações mais retóricas do que reais. Rocha (2000), analisando o texto de Chaves (1978), chama atenção, como vimos, para o fato de ele ter copiado uma grande parte de seu texto de um outro autor – Francisco Soares Franco – que era membro da Academia Real de Ciências de Lisboa. Chaves, assim como outros autores que escreveram textos assemelhados no período, tais como Maciel da Costa (1820 *in* Rocha, 2000), Andrada e Silva (1825 *in* Rocha, 2000) e José da Silva Lisboa (1818 *in* Rocha, 2000), estaria muito vinculado ao ideário iluminista bastante corrente na Europa que condenava a escravidão. O antiescravismo teria se desenvolvido com olhos voltados para fora e não para dentro – para a realidade brasileira propriamente dita. Segundo Rocha (2000), no período não havia realmente um movimento abolicionista no Brasil e estes poucos textos, como o de Chaves (1978), nada mais faziam do que destacar os males da escravidão baseados em princípios construídos por escritores europeus – tais como Montesquieu, A. Smith, entre outros. Tanto é assim que um autor como Chaves escreveu sua memória endereçada ao trono: pedia providências ao governo, mas nunca foi, de fato, internamente, militante da causa abolicionista. E esta memória foi à única atividade “antiescravista” que Chaves teve. Rocha considera ainda, que muitos destes letrados que escreveram no período eram, eles próprios, membros do governo que criticavam.

254

Eu, particularmente, concordo apenas em parte com Rocha (2000). É muito difícil perceber até que ponto as considerações de Chaves eram baseadas em leituras teóricas e até que ponto nelas influía sua própria experiência. Todos os argumentos de Chaves sobre as desvantagens do trabalho escravo frente ao livre, por exemplo, são largamente baseados em autores como A. Smith, como o próprio Rocha aponta. E estes argumentos terão uma longevidade impressionante na historiografia sobre a escravidão, especialmente no Brasil meridional. Pesquisas mais recentes, no entanto, demonstram que a realidade empírica desmentia, largamente, este quadro pintado por Chaves. Teria ele, então, fechado os olhos para o trabalho escravo desenvolvido em suas charqueadas e teria elaborado esta argumentação de forma puramente retórica?

Por outro lado, os perigos apontados por Chaves, inscritos em uma balança demográfica desfavorável a população branca, era bem real para quem viveu estes anos no Brasil. O medo de uma haitianização do país foi ponderado, já com bastante propriedade pela bibliografia que trata da escravidão, destacando-se aqui, por exemplo, o temor causado pelas revoltas nas primeiras décadas do século XIX na Bahia, que culminaram com a revolta dos Malês em 1835, as tramas insurrecionais em São Paulo e Minas Gerais em 1830 e 1832. Enfim, se Gonçalves Chaves tinha um olho voltado para a Europa, tinha a meu ver, outro voltado para seu próprio quintal. Rodrigues (2000), ao trabalhar com a abolição do tráfico transatlântico, apontou este temor como uma das razões para a extinção definitiva do tráfico entre nós em 1850.

Estes textos escritos por Chaves teriam uma grande influência sobre os letrados atuantes na Província de São Pedro, sobretudo a Quinta Memória, na qual discorre, especialmente, sobre esta localidade. O Conselheiro Antônio Manuel Correia da Câmara seria um de seus leitores mais assíduos. No entanto, se ele reproduz, no artigo que foi publicado, de forma fac-similar, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro* de 1860 a 1863, grande parte das considerações que Chaves fez sobre o caráter generoso do rio-grandense, no que concerne à escravidão escolhe uma outra direção. Se para Chaves a escravidão era condenável por definição, por formar homens ignorantes, viciosos e perigosos, como vimos, para o Conselheiro, nem toda escravidão era igual.

Chaves, ao responder as críticas de Rainal sobre a forma como os portugueses tratavam seus escravos (por os fazerem “instrumentos de seus deboches”), considerava, por exemplo, que os maus tratos não se deviam ao caráter do português ou a sua índole, mas às próprias “circunstâncias” daquela “desgraçada instituição”. Ou seja, toda forma de escravidão era maléfica, por “desenvolver o despotismo”. Já o Conselheiro, fazia uma leitura seletiva de

Chaves e, no que concerne à escravidão, ia na direção contrária, ao afirmar que: “em parte alguma dos Estados Unidos, em parte alguma do Brasil a condição do escravo foi geralmente mais favorável do que na Campanha, e nas grandes povoações desta Província”.

Outro ponto que chama atenção refere-se à possibilidade dos cativos de constituir famílias. Se por um lado, Chaves lamentava a sorte dos escravos por não terem condições, dentro do regime de escravidão, de formar família e procriar¹⁹, por outro, o Conselheiro, não apenas considerava isto possível, mas lamentava, ainda, que no Brasil isto não tivesse sido estimulado, pois via como alternativa para “encher o vazio” e prescindir, desta forma, do tráfico de africanos para a Província.

Gonçalves Chaves escreve nas primeiras décadas do século XIX, momento em que se inicia uma forte pressão em direção a abolição do tráfico e da escravidão, inclusive por parte da Inglaterra. As *Memórias* inserem-se neste período de definições sobre os destinos da colônia e o futuro das populações que viviam em Províncias como a de São Pedro, encurralados entre as promessas do trabalho livre (mesmo que meramente teóricas) e as contingências do trabalho escravo (com todos os seus perigos). Talvez isso nos ajude a compreender as críticas que faz ao tráfico e à escravidão²⁰. O Conselheiro Câmara, por sua vez, escreveu seu texto por volta de 1840 (presumidamente) e ele é publicado no início da década de 1860, momento em que já se relutou, a partir das leis de 1830 e 1850, para extinguir definitivamente o tráfico. A economia sul riograndense já estava relativamente consolidada e com uma expressiva participação dos escravos. Talvez neste momento, tecer críticas a escravidão, como Chaves o havia feito, poderia vir a incendiar ainda mais os debates. Mais prudente talvez fosse, como fez o Conselheiro, imaginar uma sociedade harmônica com escravos bem tratados.

Ao idealizar a relação entre senhores e escravos, formulava, no entanto, uma imagem de uma sociedade sem conflitos. Contrariamente à visão de Chaves, a escravidão na Província de São Pedro tendia a ser pintada, a partir de então, como benigna.

No fim do século: novos veículos, outras idéias

Em 1863 o IHG da Província de São Pedro se extinguiria juntamente com a sua revista. Sem anunciar seu

fim, repentinamente, encerraria suas atividades. Em 1921, Florêncio Abreu, refletindo sobre seu desaparecimento ressaltava, como explicação para tal fato, o advento da Guerra do Paraguai. Em 1945, Spalding (1945, p. 25-29) destacaria a guerra contra os “blancos” do Estado Oriental em 1864, a ida do Conde de Porto Alegre para a Corte em 1862 para assumir o comando do ministério da guerra²¹ e, por fim, as agitações partidárias de 1863 que teriam impedido os “maiores do instituto” de cuidar da vida daquela associação. Medaglia (1983), no entanto, consideraria a seu turno, que a “natureza periférica e provinciana da vida cultural” da região, a não configuração desta associação como um instrumento de afirmação política intra ou inter-regional, explicaria sua transitoriedade. Lazzari (2004), por fim, concordaria, em certo sentido com Medaglia, ao argumentar que a inexpressividade intelectual poderia ser uma das causas do término das atividades do Instituto. Ele afirma que raros foram os trabalhos publicados que realmente se dedicaram a escrever a história da Província (tal como fez o Conselheiro Câmara), chegando a sugerir que os sócios ali compareciam pelo prestígio da instituição, por vaidade ou conveniências políticas. Também argumenta em favor da luta partidária. Afinal, o desaparecimento do Instituto coincidiu com a dissidência entre os liberais, acarretando na recriação deste partido. Nos meados da década de 1860, segundo este autor, a oposição questionava a estabilidade das instituições imperais e posicionava-se a favor de uma maior autonomia das elites locais. Com estas mudanças políticas, o Instituto teria perdido sua força. É difícil asseverar as razões da interrupção das atividades do IHG da Província de São Pedro, tendo em vista o papel que desempenhou na vida intelectual, sua estrutura e prestígio. A Província, sem dúvida, perdia um de seus lugares mais privilegiados para discutir sua história “científica”.

Isso não quer dizer, no entanto, que houvesse um arrefecimento da vida intelectual na Província. Afinal, é justamente nas décadas finais do século XIX que se tem uma intensificação da atividade literária e, também, uma grande efervescência política com a fundação de clubes e jornais republicanos.

Lazzari (2004, p. 88) afirma que, aproximadamente uma década após o desaparecimento do IHG da Província de São Pedro, “mudariam os princípios em torno dos quais tentavam se agregar os intelectuais provincianos”. Ainda que permanecesse o intuito de documentar e “nacionalizar” política e historicamente a Província de São Pedro”, seria a

¹⁹ A questão do casamento entre os escravos e o cuidado com as crianças recém-nascidas esteve presente em alguns autores tais como Miguel de Calmon du Pin e Almeida que, em 1834, buscava estimular a união estável entre os cativos. Taunay, em 1839, também discorreria no mesmo sentido. Após 1850, estas prescrições apareceram com mais ênfase, embora isso não significasse, na prática, muitas modificações no trato dos escravos. Para maiores informações, consulte Marquese (2004).

²⁰ Para maiores informações sobre outros projetos e considerações sobre a escravidão e a formação do Estado e da sociedade brasileira consulte o livro *Memórias da escravidão*, publicado pelo Arquivo Nacional em 1988. Veja ainda Silva (1999) e Rodrigues (2000).

literatura, em revistas como a do *Parthenon Literário*, que reivindicaria “o direito de ser a representante da nação, da modernidade, do interesse público”. No entanto, a revista guardaria uma certa ambivalência, no sentido em que tanto legitimaria, através de suas narrativas, o estado monárquico brasileiro, quanto abriria espaço à contestação republicana ao recuperar e tornar heróicos os farrapos.

Nas páginas literárias havia a intenção de afirmar a originalidade histórica da província. A temática dos costumes passou a ser recorrente, ao mesmo tempo em que se ressaltava as tradições políticas do Rio Grande do Sul. Neste sentido, a postura do antigo IHG da Província de São Pedro seria diferente daquela adotada pelos literatos. Ainda segundo Lazzari (2004), o “tão decantado heroísmo guerreiro entrou para a literatura provinciana não tanto como o elogio dos conquistadores do território e defensores do Império quanto como a exaltação da epopéia histórica dos republicanos farrapos”.

Para Lazzari (2004), estes dilemas e ambigüidades inscreviam-se em um debate nacional sobre formas de “superação da sociedade patriarcal e escravista, bem como do regime monárquico centralizado”. Outro tema que ressurgia era a interpretação do atraso brasileiro frente às demais nações liberais, brancas e civilizadas do hemisfério norte. A questão racial apareceria na literatura de forma heterogênea. Embora se retomasse a representação das diferentes raças como formadoras da nação, continua nos ensinando Lazzari, as formas com as quais se consideraria a participação de cada uma delas na constituição da identidade, iria variar. Autores como Apolinário Porto Alegre, por um lado, interpretavam a “mescla das raças” como componente da originalidade nacional. Seus textos, no entanto, iam mais no sentido de estabelecer uma crítica à escravidão e revestiam-se numa linguagem retórica em favor da propaganda abolicionista. Por outro lado, um autor como José Bernardino dos Santos iria considerar a miscigenação como uma fórmula redentora capaz de integrar o selvagem à civilização brasileira. Se o cruzamento do índio e do europeu era visto com estas lentes, o mesmo não aconteceria com a miscigenação entre índios e negros, afinal, este cruzamento de raças inferiores representava a possibilidade de degeneração na “nova raça americana”. Embora não se tratasse ainda do moderno racismo científico e da antropologia criminal, o estigma da inferioridade dos negros,

os males advindos da escravidão eram explicados pelas qualidades diferentes e inatas das raças de senhores e seus subordinados que justificavam, por sua vez, a hierarquia da sociedade rural²².

Embora não seja o caso aqui de abordar de forma aprofundada a produção literária deste período, o quadro elaborado acima baseado nas argumentações de Lazzari (2004), nos auxilia a perceber os temas que compariam nestas últimas décadas do século XIX: o movimento dos farrapos, os costumes e tradições rio-grandenses, a miscigenação, entre outros.

Havia também uma retomada de imagens como aquelas projetadas por Gonçalves Chaves e o Conselheiro Câmara, que ressaltavam as qualidades do habitante da Província. Intelectuais atuantes destas décadas posteriores vão sintetizar, “na literatura e na história, a figura mítica do gaúcho livre” (Nedel, 1999, p. 76-79).

Neste momento, destaca-se a obra de Assis Brasil (1982), a *História da República Rio-Grandense*, escrita em 1882²³. Ele pretendia escrever uma obra que investigasse as leis que norteavam o movimento histórico, um estudo científico que desse conta das influências da natureza e da diversidade humana na constituição do rio-grandense. Baseado em Taine, entenderia a história vinculada à geografia e, de tal forma, que descreveria em primeiro lugar um “meio cósmico” ao qual os homens (raças) se adaptariam. Daí resultaria a “índole naturalmente livre da Província” (Nedel, 1999). O projeto centralizador do Império, ao questionar esta natureza, teria como consequência a revolução, tema de seu trabalho. O autor defendia, desta feita, a urgência dos projetos republicanos e federalistas²⁴. O abolicionismo não seria, também, estranho a sua geração, embora o papel desempenhado pelo escravo e seus descendentes fossem mais controversos.

Para Assis Brasil era, pois, importante discorrer sobre os povoadores originais da Província. Segundo ele, os primeiros a chegar e os mais importantes foram os açorianos. A eles se seguiram os portugueses do continente, os paulistas e os mineiros, os espanhóis. Em menor grau de importância vinha os negros e os índios.

O autor considerava que os africanos haviam aportado no Rio Grande do Sul tardiamente, vindo em “escala apreciável para as terras do sul” apenas quando os primeiros núcleos urbanos já haviam se estabelecido. O

²¹ Na sessão de 25 de março de 1862 ele seria reeleito sendo o último presidente deste Instituto.

²² Para uma análise mais aprofundada sobre a atuação e obra de autores como Apolinário Porto Alegre, José Bernardino dos Santos e Alberto Coelho da Cunha, consulte-se Lazzari (2004), principalmente o capítulo 2. É baseado em Lazzari que faço referências aos textos literários.

²³ Lazzari (2004, p. 216-217) identifica o surgimento desta obra com um movimento dos estudantes da faculdade de direito de São Paulo e da iniciativa do Club Vinte de Setembro engajados em escrever uma história da Província a ser lançada no aniversário da Revolução farroupilha. Deste projeto teriam nascido dois volumes: o de Alcides Maia e o de Assis Brasil.

²⁴ Note-se, neste momento, uma ruptura em relação a posturas como aquelas do IHG da Província de São Pedro, nos primeiros anos da década de 1860, quando havia um maior perfilamento em relação à política centralizadora do Império, embora a relação com os interesses provinciais também estivessem em pauta. Vinte anos depois, no entanto, em textos como o de Assis Brasil (1982), a balança tenderia a pender em outra direção, ao se valorizar a história do movimento farroupilha e a república. Assis Brasil nasceu em 1857, em São Gabriel, era filho de estancieiro, formado na faculdade de direito em São Paulo em 1876. Por duas vezes foi deputado provincial e, em 1889, deputado na Assembléia Nacional Constituinte. Foi um dos fundadores do Partido Republicano Democrático e do Partido Libertador. Faleceu em 1838.

“infame comércio” não havia se estabelecido aqui, entretanto, com grandes vantagens devido às dificuldades enfrentadas pelos portos e, ainda, “pela pobreza dos habitantes”, que não permitia “larga saída à negra mercadoria”. Calculava Assis Brasil que, por volta de 1835, embora o “sangue etíope” tivesse “penetrado na massa da população”, era numericamente insignificante para influenciar a população de forma decisiva. Enfim, a influência do elemento africano e do indígena era, segundo Assis Brasil, “quase nula”. Para este autor, a escravidão africana havia sido em pequena escala e havia exercido uma importância diminuta na formação da sociedade e da população riograndense.

Segundo Lazzari (2004), embora o texto de Assis Brasil não declarasse explicitamente, dava a entender que naquele território se moldava um tipo racial diferenciado do restante do Brasil, formado por uma miscigenação na qual o sangue branco predominaria. É oportuno destacarmos aqui as diferentes formas de se pensar a constituição populacional neste período. A década de 1880, momento no qual Assis Brasil publica seu trabalho, marca o incremento das idéias de cunho racial entre a elite letrada no Brasil, quando a ideologia do “branqueamento” ganharia legitimidade científica. Talvez este contexto explique a forma diferenciada em que avalia a composição da população, tão diversa, por exemplo, daquelas considerações feitas pelo Conselheiro Câmara, baseado, por sua vez, em Gonçalves Chaves. Preocupado em construir uma imagem harmônica da Província com escravos bem tratados, ele calculava que metade da população sul-rio-grandense (em 1840) era composta por homens de cor. Assis Brasil, a seu turno, voltado para a defesa da imagem de um “centauro dos pampas”, predominantemente branco, já construiria uma imagem de uma província na qual o “sangue etíope”, em 1835, era numericamente insignificante.

As últimas décadas do século XIX constituíram um período de agitação republicana na qual se cristalizou a imagem de um gaúcho forte e corajoso em suas lutas em prol da liberdade política e social – daí a centralidade do Movimento Farroupilha em textos como os de Assis Brasil. Uma sociedade que sempre havia primado pela liberdade muito devia à fibra dos seus primeiros povoadores e, neste quadro, sobressaía-se o peão livre das estâncias, a raça forte e persistente dos açorianos, etc. Os africanos, afinal, segundo o autor, tiveram pouco a dizer nesta história²⁵.

Pensar sobre a população fosse ela provinciana ou brasileira, neste final de século, significava pensar o lugar social que cada um ocupava e, conseqüentemente, sobre seus direitos. A quem cabia a cidadania? Como definir, por exemplo, um código civil em uma sociedade escravista onde

se tinham escravos – coisas e pessoas (Grinberg, 2001)? E este foi um momento em que se teve um acesso cada vez maior a alforria: a lei de 1871, por exemplo, não abria inclusive a possibilidade de alforria com a contratação de prestação de serviços (Xavier, 1996)? E o crescimento do movimento abolicionista? Era urgente definir o lugar social desta população que se libertava, mas como fazê-lo? Qual o papel destes indivíduos na elaboração de um projeto nacional?

A dificuldade de dar respostas a estas questões talvez explique, por um lado, a dificuldade, naquele momento, de se definir um código civil no Brasil, que só veio a se concretizar, justamente, no século seguinte. Por outro lado, talvez explique o impacto que certas teses sobre as diferenças entre as “raças” tiveram por aqui. Afinal, desde as primeiras discussões em torno de um projeto de nação, já se pensava na formação de um “tipo nacional” a partir da relação hierárquica entre brancos europeus, negros africanos e indígenas americanos. Mas, no ocaso do século XIX, as diferenças sociais não seriam mais marcadas, principalmente, pelo estado livre ou escravo dos indivíduos. Elas passariam a ser, de forma cada vez mais importante, definidas por um critério racial. Indígenas, negros escravos e libertos, a seu turno, eram aprisionados na margem inferior desta escala de valores, vinculados à idéia de selvageria e barbárie. O leitor de Assis Brasil talvez pudesse daí concluir que, quanto menor a participação destes últimos na formação sul-rio-grandense, maiores perspectivas a civilização prometia para a Província de São Pedro. Talvez por isso, a valorização do “centauro dos pampas” tenha contribuído para o desconhecimento do papel do africano e de seus descendentes.

Considerações finais

No século XIX, no Rio Grande do Sul, produziu-se uma vasta bibliografia, embora os textos de cunho estritamente “científico” fossem relativamente reduzidos. Neste quadro, destacou-se o IHG da Província de São Pedro como veículo importante na construção de uma perspectiva histórica “científica” que, por sua vez, se formou no embate com teorias deterministas e raciais que contribuiu para a constituição de uma identidade regional. Ali se expressou uma erudita elite letrada sempre disposta a pensar sobre o Brasil e sobre si mesmo. Lugar privilegiado para se elaborar uma imagem de uma sociedade sem conflitos e de uma escravidão benigna. Assis Brasil, a seu turno, retratou uma história na qual se menosprezou o peso demográfico dos escravos e se relegou aos africanos e seus descendentes um papel menor na formação do povo sul-rio-grandense e em seu desenvolvimento social. Todas estas representações

²⁵ Ao analisar os Almanques paulistas entre 1876 e 1885, Ferreira (2002, p. 68) conclui que “a mentalidade da elite letrada oitocentista (paulista em especial) não comportava qualquer identificação com as manifestações originais da cultura negra”. Isto talvez indique uma tendência generalizada, neste período, em se pensar um tipo nacional que excluísse o africano e seus descendentes.

construídas no século XIX serão relidas e ganharão novas semânticas na historiografia posterior. Daí, talvez, a necessidade de refletirmos, cada vez mais, sobre o contexto no qual esta história foi escrita.

Referências

- ASSIS BRASIL, J.F. de. 1982. *História da República Rio-grandense*. Porto Alegre, Ed. Cia União de Seguros Gerais, 208 p.
- GUIMARÃES, L.M.S. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1:5-27.
- CALDRE E FIÃO, J.A. do V. 1861. Discurso proferido na 1ª. sessão solene aniversário de instalação. 1861. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, II(1-2):66-70.
- CALLARI, C.R. 2001. Os Institutos Históricos: do Patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. *Revista Brasileira de História*, 21(40):59-84.
- CÂMARA, A.M.C. da. 1860. Statística. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, I(1):232-242.
- CÂMARA, A.M.C. da. 1861. Statística. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, II(1-2):80-87.
- CÂMARA, A.M.C. da. 1862. Statística. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, III:215-222.
- CÂMARA, A.M.C. da. 1863. Statística. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, III(2):272-288.
- CEZAR, T. 2003. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: S. PESAVENTO et al., *História Cultural, experiências de pesquisa*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 173-208.
- CHAVES, G. 1978. *Memórias Econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre, Companhia União de Seguros Gerais, 270 p.
- COSTA, R. 1982. Os três Institutos Históricos do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 123:43-51.
- DOLHNIKOFF, M. 2003. Elites regionais e a construção do estado nacional. In: I. JANCÓSÓ (org.), *Brasil Formação do Estado e da Nação*. São Paulo/Ijuí, Ed. Hucitec/Unijui/Fapesp, p. 431-468.
- FERREIRA, A.C. 2002. *A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)*. São Paulo, Editora Unesp, 45 p.
- FERREIRA, A.D. 1975. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 231 p.
- FIGUEIRE, Z.G. 2002. *A invenção do Rio Grande do Sul. Território e identidade na visão do IHGRS (1920-1937)*. Passo Fundo, Clio, 328 p.
- GRINBERG, K. 2001. *Código civil e cidadania*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 75 p.
- GUIMARÃES, L.M.S. 1988. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1:5-27.
- LAZZARI, A. 2004. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Campinas, SP. Tese de doutorado. Unicamp, 363 p.
- MARQUESE, R.B. de. 2004. *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo, Companhia das Letras, 480 p.
- MARTINS, A. 1978. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS/ IEL, 636 p.
- MEDAGLIA, M.A. 1983. *Introdução ao estudo da historiografia sul-riogandense: inovações e recorrências do discurso oficial (1920-1935)*. Porto Alegre, RS. Dissertação de mestrado. IFCH – UFRGS, 407 p.
- NEDEL, L.B. 1999. *Paisagens da Província: o regionalismo sul-riogandense e o Museu Júlio de Castilhos nos anos cinqüenta*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de mestrado. Departamento de História – UFRJ, 336 p.
- PAULA SOARES, F. de. 1861. Relatório dos trabalhos do Instituto durante o primeiro ano social de 1860-1861, feito pelo 1º. Secretário do mesmo – o Sr. Francisco de Paula Soares. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, II(1-2):52-65.
- PEREIRA, P.J. 1861. Discurso proferido na 1ª. Sessão solene aniversário de instalação. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, II(1-2):71-72.
- PEREIRA DO LAGO, M. da S. 1860. Notas anexas ao mapa que apresento ao ILLM. SR. DR. José Marcelino da Rocha Cabral. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro*, I(1):193-194.
- PORTO ALEGRE, A. 190?. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Erus, 235 p.
- REVEL, J. 1989. Conhecimento do território, produção do território: França, séculos XIII-XIX. In: REVEL, J. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, p. 103-158.
- REVISTA Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. 1860a. I(1):171-173.
- REVISTA Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. 1860b. I(2):222-223.
- REVISTA Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro. 1861. II(1-2):90-93.
- ROCHA, A.P. 2000. Idéias anti-escravistas da ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*, 20(39):37-68.
- RODRIGUES, J. 2000. *O infame comércio*. Campinas, Ed. da Unicamp/Cecult, 238 p.
- SCHWARCZ, L.M. 1993. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 287 p.
- SILVA, A.R.C. 1999. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823*. Campinas, Ed. Da Unicamp/ Centro de Memória, 258 p.
- SPALDING, W. 1945. O Instituto Histórico. *Revista do IHGRGS*, 99:25-29.
- VILLAS-BOAS, P.L. 1991. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana/ Editora e Distribuidora Gaúcha Ltda., 284 p.
- VOLOBUEF, K. 1999. O romantismo brasileiro. In: VOLOBUEF, K. *Frestas e arestas. A prosa de ficção do romantismo na Alemanha e no Brasil*. São Paulo, Fundação Editora da Unesp, p. 157-304.
- XAVIER, R.C.L. 1996. *A conquista da liberdade*. Campinas, Centro de Memória da Unicamp, 165 p.

Submetido em: 31/10/2006

Aceito em: 28/11/2006